

José Honório Rodrigues: Por uma História Combatente

Géssica Goes Guimarães

Este trabalho consiste na exposição de algumas conclusões obtidas a partir da elaboração da monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para a obtenção do grau de Bacharel, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Paschoal Guimarães, em março de 2005.

Selecionamos como objeto de pesquisa a produção intelectual de um historiador, José Honório Rodrigues, tencionando entendê-lo a partir de sua própria historicidade: o tempo em que viveu e suas influências intelectuais. Em sua vasta bibliografia, investigamos acerca de sua interpretação sobre o processo histórico brasileiro e seu posicionamento face ao ofício de historiador.

Percebemos que, na segunda metade de sua trajetória intelectual – a partir de 1960 – José Honório Rodrigues assumiu um posicionamento político veemente em sua escrita, se antes o autor privava-se de intervenções ideológicas em sua narrativa, em seu segundo momento, importa-lhe, sobremaneira, transformar sua historiografia em *combatente*, atribuindo-lhe capacidade política de intervenção na sociedade em que vivia.

O Elogio a Capistrano de Abreu

Dentre as leituras que, em um primeiro momento, informaram a obra de José Honório, destaca-se a produção de João Capistrano de Abreu. A preocupação em escrever uma história nacional, que tivesse como personagem principal o povo brasileiro, presente de maneira tão ativa nas idéias de José Honório e pugnadora de sua historiografia combatente, resultava da influência da interpretação que Capistrano elaborou de nossa história, representada em sua metáfora do povo *capado e recapado, sangrado e resangrado*, expressões lembradas por José Honório na quase totalidade de seus livros e apropriada pelo historiador como sua própria base de argumentação.

Segundo nosso historiador, é com João Capistrano de Abreu que se iniciava a “historiografia nova”, ou seja, a análise crítica da história do Brasil, pois Capistrano haveria rompido com o modelo consolidado por Varnhagen, da história de nosso país como a continuidade da história de Portugal. Capistrano, de acordo com Rodrigues, inaugurara a “história nacional”, privilegiando o interior, pois o litoral ligava-se nos costumes e no ritmo de vida à metrópole e sua população era majoritariamente composta por elementos alienígenas. Do sertão, portanto, que surgia o primeiro brasileiro: o mameluco e a vida sertaneja que criaria

os primeiros sentimentos de brasilidade. Estudar o período colonial, desnaturalizando as verdades eternizadas por uma tradição conservadora, tornava-se imprescindível para quem almejava escrever uma nova história do Brasil, por isso José Honório afirmava que na história de Capistrano *“a rejeição colonial está implícita no próprio tema colonial”*.¹

Para José Honório, a nova posição crítica que Capistrano inaugurava, não se restringia à interpretação do processo histórico brasileiro, mas continuava em direção aos próprios pilares da condição do historiador. Segundo Rodrigues,

“os Capítulos de História Colonial foram, na verdade, o primeiro estudo a ir além do que os franceses chamam évènement, para conseguir uma visão interpretativa liberta dos fatos, usando somente os estritamente necessários para localizar desenvolvimentos importantes. Também explorou aspectos da história social que simplesmente não existiam nas histórias brasileiras da época – a formação da família, a vida diária do povo comum”.²

José Honório revelava em sua escrita, a preocupação em construir uma história verdadeiramente nacional, que não derivasse dos estrangeirismos, mas que refletisse as necessidades da realidade concreta do país. Tal atitude historiográfica consistia em herança do deslocamento do olhar do historiador, praticado pela primeira vez por Capistrano, pois certamente atribuiu ao legado português papel secundário na formação do caráter nacional, ao iniciar sua história a partir dos povos autóctones e da própria natureza, elementos centrais em sua caracterização da *brasilidade*. Tal inversão do olhar possibilitou, também, o deslocamento da narrativa, que se afastou da diacronia dos acontecimentos político-administrativos e passou a privilegiar o tempo sincrônico da vida social e cultural, aproximando-se dos personagens cotidianos e recusando-se a uma descrição homérica.

José Honório continuou seu elogio ao *“historiador caboclo”* afirmando que sua erudição e originalidade lhe permitiam tratar de qualquer assunto da história pátria. Mesmo tendo sido sua obra restrita à experiência colonial, Rodrigues assinalava que Capistrano possuía todas as virtudes de um bom historiador: a imaginação, a habilidade para a pesquisa, sensibilidade para selecionar e interrogar os fatos, poder de articulação e síntese, pensamento lúcido, e

¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 5ªed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1978, p. 34.

² RODRIGUES, José Honório. “Hispanic American Historical Review (HAHR)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 344: 157-172, jul.-set., 1984. Entrevista concedida ao professor John D. Wirth, em 1982 e traduzida por Lêda Boechat Rodrigues.

asseverara que “*tudo o que fez foi bem feito, e foi, sobretudo, original, sugestivo, heterodoxo, não-oficial. (...) Este é o homem, e esta é a obra curta, como a vida, mas longa, pela riqueza do legado*”.³

A constante preocupação de José Honório Rodrigues com o presente o levou a buscar tal inclinação na produção intelectual de Capistrano de Abreu. Compreendendo que a historiografia viva não consiste naquela que trata de temas atuais, porém na prática historiográfica orientada do presente para o passado, isto é, iluminando as experiências passadas à luz das indagações do presente, Rodrigues afirmava que Capistrano refletia em sua obra as tensões políticas e sociais que engendravam a nova ordem político-institucional. A República, como esperança da democratização da política e início de um tempo genuinamente nacional, requeria uma interpretação da história do país que o libertasse de uma vez por todas das raízes européias e encontrasse a especificidade de *ser brasileiro*. Frente a essa tarefa, que Capistrano teria elaborado sua crítica à história de Varnhagen e, segundo José Honório, revolucionado a historiografia nacional.

Na interpretação que José Honório Rodrigues formulou sobre o processo histórico brasileiro, uma das idéias de Capistrano de Abreu mais presentes consiste na tese de que esse povo sofreu por toda a sua história as crueldades da subordinação – seja ela racial ou econômica – que gerou a concentração do poder político por um grupo conservador e impediu a democratização da política e do discurso sobre a sua história. A metáfora do *povo capado e recapado, sangrado e ressangrado*, cunhada por Capistrano, aparece repetidamente nos escritos de Rodrigues, empunhada como uma espada, pronta para enfrentar a “historiografia conservadora”, que ele tanto desafiou.

Duas idéias centrais permeiam essa discussão aventada por nosso historiador, a primeira consiste no caráter cruento de nossa história e a segunda, como que em solução para o primeiro problema, denota a presença de uma postura político-cultural conciliatória. É a complexa dinâmica entre esses dois elementos determinantes que originaria a especificidade do desenvolvimento histórico brasileiro. José Honório diz que, se por um lado não podemos dizer que nossa história foi um processo francamente cruento, também não devemos deixar de frisar as violências geradas pela escravidão negra e indígena e toda a miséria e pobreza a que o povo tem sido lançado, sempre manchando de vermelho o véu que acortina nossa “verdadeira” história. A *conciliação* política ocorreu muitas vezes, amenizando as disputas e diminuindo os conflitos, mas, contudo, sem conseguir eliminar o aspecto cruel inerente a

³ RODRIGUES, José Honório. *História Combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 230.

qualquer subordinação. O dissídio entre poder e sociedade, afirmava ele, consistia em traço marcante de nossa experiência política.

José Honório Rodrigues, ao estudar os *Capítulos de História Colonial*, assinalou que seu personagem principal era o povo, destacando o fato de que na obra de Capistrano “*não era a gente de ficção que andava em suas páginas, mas a gente real e concreta, que vivera e trabalhara. Ele dava, assim, carne, vida e sangue à sua história e, como historiador, achava a verdade mais bela do que a novela*”.⁴ Rodrigues tomou de empréstimo de Capistrano este ideal e acreditava que a única maneira de atribuir vida à sua história seria transformá-la em instrumento eficaz na luta do povo pelos seus direitos, somente desta forma sua história poderia transformar-se em *potência*.

Em *Conciliação e Reforma*, José Honório atentou para o fato de que o espírito de conciliação que prevaleceu na consciência do povo brasileiro – em parte manifestado através da unidade lingüística e religiosa e na mestiçagem – não impediu que tal povo rompesse com o comportamento conformista e, por vezes, lutasse pelo o que lhe era de direito. Lutas sociais, com grande derramamento de sangue, são a prova incontestada de períodos em que os interesses permaneciam inconciliáveis.

Segundo a análise de José Honório, a história do Brasil viveu dois momentos que poderiam ter se transformado em processos revolucionários, mas que, no entanto, não modificaram a realidade nacional e não foram capazes de entregar ao povo as rédeas de sua história. Esses dois momentos seriam a Independência, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889, duas grandes oportunidades de tomada da história, por aqueles que realmente a constroem, porém dois grandes baluartes da política de conciliação e reforma.

A política de conciliação, de acordo com a interpretação de Rodrigues, foi uma estratégia dos grupos dirigentes em nosso país, tencionando amortecer os conflitos e conter o curso do processo histórico brasileiro. Porém, se lembrarmos que para José Honório o sentido da nossa história consistia no total atendimento das necessidades do povo, não seria de estranhar que José Honório acreditasse que “*os conciliáveis ajudaram muito – quando faziam concessões e pensavam no povo – a pacificar a nossa História, contando com o apoio do próprio povo*”.⁵ Do que podemos concluir que, para Rodrigues, não era o sistema representativo em si que deveria ser modificado, mas seu caráter conservador estrutural. José Honório nunca foi comunista, não acreditava em uma sociedade governada por todos, era um legítimo liberal,

⁴ RODRIGUES, José Honório. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 221: 120-138, out/dez, 1953.

⁵ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 12-13.

democrata, acreditava no homem e na possibilidade de um governo justo, que percebesse a importância do povo e governasse para ele. Não é, portanto, difícil entender porque Carlos Guilherme Mota tenha afirmado que José Honório Rodrigues representava a vertente erudita do getulhismo.⁶

Para José Honório, a visão de um povo dócil e democraticamente constituído não passava de um retrato deformado construído pela historiografia tradicional, mistificadora de nossa real história e forjadora de consensos nacionais. Dessa forma, o historiador carioca avaliava que toda a escrita da história carrega em si responsabilidades com o lugar político de onde ela é concebida e que as deformações na elaboração do passado provoca deformações na ação presente, isto é, a apropriação reacionária do passado serviria à conservação da tradição e da dominação elitista, já um revisionismo de tal historiografia poderia motivar a ação revolucionária e modificar o *status quo*. É seguindo tal raciocínio que José Honório Rodrigues faz da crítica historiográfica a espinha dorsal de sua atuação enquanto historiador e transcende o academicismo ao transformar sua interpretação da história do Brasil em instrumento de intervenção social. Torna-se um combatente da história.

Crítica à Historiografia Conservadora

Comprometido com as idéias de Benedetto Croce, segundo as quais o conhecimento histórico é uma elaboração sempre contemporânea, José Honório Rodrigues postulou que toda historiografia nada mais era do que um reflexo de seu tempo, impregnando em si mesma as características do lugar de onde ela foi produzida. Como toda construção humana, a história estará sempre condicionada aos limites de sua própria historicidade, ou seja, escrever *história*, em certa medida, consiste em revelar mais sobre o espírito do sujeito da escrita do que sobre o objeto investigado.

Acreditando na contemporaneidade da história como um axioma, José Honório afirmava ser, não somente possível, como também necessário, desvendar a escrita da história de cada tempo, objetivando desmistificar sua narrativa, compreendendo suas motivações e revelando suas intenções. É com tal intuito que nosso historiador se lançou à análise crítica da historiografia nacional, ele acreditava que, se fosse capaz de entender o pensamento dos historiadores, poderia, por conseguinte, compreender a cultura e a sociedade que o produziram, reciprocamente.

⁶ Vide: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1973.

Escusado dizer que o embasamento de todo este pensamento também se apóia nas idéias dos intelectuais *historistas*, assim como os denominou Arno Wheling, principalmente Mannheim e Dilthey, cuja influência pode ser largamente sentida na concepção de história formulada por Honório Rodrigues.⁷

Ao investigar a escrita da história de seu país, ao longo de seus quase 500 anos, José Honório percebeu que o discurso sobre o nosso passado foi, majoritariamente, monopolizado por um pequeno grupo que se apropriou da história como instrumento político, utilizando-a para legitimar a continuidade de um determinado estado de coisas e projetando em sua narrativa os valores de uma sociedade tradicionalista e conservadora.

Raquel Glezer, em sua tese de doutoramento, nos diz que “a *colocação da historiografia como dependente da história, integrada na cultura e sociedade do momento em que foi produzida, no caso brasileiro, permitiu uma ampla reflexão teórica sobre o todo da história nacional,*”⁸ pois, através dessa nova postura, José Honório pôde compreender a historiografia como um reflexo dos problemas nacionais e propor a solução de tais problemas através de uma prática historiográfica, primeiramente, comprometida com a mudança, e, principalmente, empenhada em corrigir as injustiças que o povo brasileiro tem enfrentado por todos esses anos de história. A verdadeira questão consistia em escrever a história do povo, seguindo a sugestão do mestre Capistrano de Abreu.

José Honório diz que o maior problema da historiografia brasileira residia em seu caráter conservador e seu alheamento frente às dificuldades ultrapassadas pelo país; era a ausência de resposta historiográfica aos anseios e questões do presente que a caracterizava como conservadora. Preocupava-se com a permanência, empenhava-se em conter o curso da história, era, portanto, a responsável pela permanente vitória da contra-revolução.

Vícios como o biografismo, o elitismo, a personalização, o apego ao passado e a postura contemplativa face ao presente, apenas começaram a ser questionados após a década de 1930, seja através do revisionismo factual, mas, principalmente, por uma verdadeira revolução historiográfica provocada pelas publicações de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre.

José Honório analisou que, na historiografia européia, sobretudo, o grande marco historiográfico contemporâneo era a traumática experiência da Segunda Guerra Mundial, que encerrou um longo período de crença na razão iluminista. Contudo, ao pensar a historiografia

⁷ WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro/Niterói, Gama Filho/UFF, 1994.

⁸ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues (Um modelo de análise historiográfica)*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1976, 2v, p. 159.

brasileira, o historiador carioca questionava-se exatamente sobre a existência de uma ruptura, um momento revolucionário. Para Rodrigues, o momento de grande mudança na historiografia só poderia ocorrer conjugado a uma verdadeira revolução em nosso processo histórico, e, segundo seu olhar crítico, 1930 é a grande ruptura em nossa história, e “o movimento revolucionário despertou um grande esforço de autocognose do Brasil e dos brasileiros”⁹, portanto, aliado a um processo acelerador do curso da história, surgiria uma necessidade intrínseca de rever a jornada até então percorrida.

Todavia, Honório Rodrigues assinalou que nem mesmo o rompimento da década de trinta foi suficientemente bem sucedido para provocar a total reformulação de nossas concepções historiográficas. Raquel Glezer nos lembra que, para José Honório, “de 1945 em diante a historiografia omite-se e “sua voz torna-se a voz do silêncio, a conversa erudita sobre os mortos que não ressuscitam””¹⁰, e, mesmo a tendência *desenvolvimentista* de análise da história, representada, sobretudo, pelas publicações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, é caracterizada por Rodrigues como “*mais oportunista que realista, mais conjuntural que estrutural*”¹¹.

A crítica ao caráter conjuntural da história que tem sido escrita no Brasil consiste em uma constante nas análises de José Honório Rodrigues. O historiador atentava que o estudo da conjuntura revela a aparência, o instantâneo, e que, somente a história estrutural pode desvelar a “substância da realidade”. Rodrigues se apropriou da teoria dos tempos concomitantes de Fernand Braudel e afirmou que “a realidade é um somatório de várias realidades, conjunturais e estruturais, regionais e nacionais, oficiais e populares, coexistindo em vários tempos históricos”¹², admitindo, portanto, a possibilidade de diferentes narrativas sobre o mesmo evento, distinguindo-se o *lugar* e o *olhar* que as produzem.

Ele possuía sua própria concepção de “história real”. Esta deveria cumprir um primeiro e imprescindível requisito, sua escrita precisava, obrigatoriamente, revelar uma atitude política do historiador, ou seja, a história deveria ser *combatente*. Em segundo lugar, esta história deveria estar comprometida com o povo que tem sido *capado e recapado, sangrado e resangrado*, isto é, dar voz aqueles que têm sido os verdadeiros construtores de nossa história, porém, que sempre foram marginalizados pela *narrativa conservadora*. Uma outra característica de máxima importância consistia na exigência de que tal história fosse estrutural, para que pudesse localizar as raízes dos problemas brasileiros e combatê-los desde a base. Para José Honório, o

⁹ José Honório Rodrigues. Apud: GLEZER. Op. cit, p. 166.

¹⁰ GLEZER. Op. cit, p. 167.

¹¹ José Honório Rodrigues. Apud: GLEZER. Op. cit, p. 167.

¹² RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 9.

dever da história residia exatamente na capacidade de desmistificar a aparência e investigar as mais profundas genealogias do fato histórico.

Analisada a crítica de José Honório à historiografia brasileira e enumeradas as qualidades de uma história por ele idealizada, podemos concluir que seu objetivo era dotar a história de poder de intervenção política na sociedade, de tal forma que, o historiador, em sua prática, fosse um perpétuo protetor do povo, reservando para este o mais digno e honroso lugar em sua escrita. José Honório acreditava que o caminho para o acesso irrestrito aos direitos políticos e sociais passava obrigatoriamente pela democratização da narrativa da história. Somente através de um revisionismo historiográfico, que conduzisse o povo a um lugar de destaque em nossa história, poderiam ser reparadas as injustiças responsáveis pelo caráter cruento da história do Brasil, bem como as “verdades” naturalizadas pela ideologia conservadora poderiam ser desmistificadas.

*“Quando se vê a história assim, as virtudes do povo e a deliberada maldade da minoria dominante, a verdadeira missão da história torna-se subversiva, no sentido de combater pela transformação desse quadro opressivo e deformado. (...) Assim, a missão do historiador é mostrar a necessidade de derrotar a opressão, as ditaduras, as minorias elitistas, que querem tudo para si e nada dar ao povo. (...) Se estamos interessados na capacidade do povo de fazer história, devemos reformar nossa pesquisa, nosso método, nossa história”.*¹³

¹³ RODRIGUES. idem, p. 32.